

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCELE REGINA PESSINATI

**ABANDONO ESCOLAR:  
POR QUE OS ALUNOS SAEM DA ESCOLA?**

CURITIBA

2018

MARCELE REGINA PESSINATI

**ABANDONO ESCOLAR:  
POR QUE OS ALUNOS SAEM DA ESCOLA?**

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação em Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Escolar Pública de Nível Fundamental 6º ao 9º anos, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico.

Orientadora: Maria Tereza Carneiro Soares

CURITIBA

2018

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

MARCELE REGINA PESSINATI

**ABANDONO ESCOLAR:**

**POR QUE OS ALUNOS SAEM DA ESCOLA?**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Pós – Graduada em Organização do Trabalho Pedagógico - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Tereza Carneiro Soares  
Setor de Educação, UFPR.

Prof<sup>a</sup> Dra. Ana Lorena Bruel  
Setor de Educação, UFPR.

Curitiba, 08 de fevereiro de 2018.

Dedico esta monografia a minha mãe que infelizmente não está mais presente no mundo terreno, mas que muito se orgulhava da minha escolha profissional.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus pela vida, bênção e proteção.

Aos professores do curso de Pós-Graduação em Organização do Trabalho Pedagógico que com tamanho conhecimento e dedicação despertaram minha admiração. Em especial a minha orientadora, Maria Tereza Carneiro Soares que, com muita paciência, competência e atenção, contribuiu grandemente para a realização desta pesquisa.

**Quando uma criança apresenta fracasso escolar,  
não é a criança que fracassa, mas todos os adultos  
que estão ao seu redor.**

Frase anexada na parede de uma escola

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo conhecer as causas externas do abandono escolar nos anos finais do Ensino Fundamental de uma escola pública. Tema cuja relevância tem demandado políticas públicas específicas e sido referido nos documentos educacionais nas esferas federal, estadual e municipal. Este estudo de caso foi realizado em uma escola estadual do município de Almirante Tamandaré, situado na área metropolitana norte de Curitiba, capital do estado do Paraná, devido a escola analisada possuir altos índices de não frequência escolar, contribuindo para as elevadas taxas de abandono escolar no município. Trata-se de pesquisa qualitativa que contou com a participação de vinte (20) estudantes e seus responsáveis, cujas manifestações foram coletadas por meio de dois instrumentos específicos na forma de questionários. Da resposta dos estudantes, identificou-se como principal razão que os levava a abandonar a escola, sintomas de fragilidade de sua saúde, causa seguida pela necessidade do estudante, ainda menor, cuidar de um parente. As respostas de seus pais/responsáveis ao questionário elaborado para conhecer o perfil familiar de cada estudante, iluminada pela literatura consultada, permitiu verificar que o número de filhos, a escolaridade dos pais e a renda familiar podem influenciar no abandono escolar.

Palavras chave: Ensino Fundamental – Anos Finais. Não frequência escolar. Causas externas. Dinâmica familiar.

## RESUMEN

La presente investigación tiene como objetivo conocer las causas externas del abandono escolar en la Educación Secundaria de una escuela pública. Este tema cuya relevancia requiere políticas públicas específicas ha sido mencionado en documentos educacionales en las instancias federal, estadual y municipal. El análisis de caso ha sido realizado en una escuela pública estadual perteneciente a la ciudad de Almirante Tamandaré, ubicada en el área metropolitana norte de Curitiba, capital del estado de Paraná motivado por el hecho de la escuela poseer altos índices de inasistencia escolar, contribuyendo para la elevación de tasa de abandono escolar en la municipalidad. El trabajo se refiere a una investigación cualitativa que contó con la participación de veinte (20) estudiantes y sus responsables, cuyas manifestaciones fueron recolectadas por medio de dos instrumentos específicos en la forma de cuestionarios. De la respuesta de los estudiantes, fue posible identificar que la principal causa del abandono escolar está relacionada a la fragilidad de su propia salud, seguida de la necesidad del estudiante en ofrecer cuidado a algún familiar. Las respuestas de sus padres/responsables al cuestionario elaborado para conocer el perfil familiar de cada estudiante involucrado en la pesquisa, a la luz de la literatura consultada, permitió verificar que el número de hijos, la escolaridad de los padres y la renta pueden influenciar en el abandono escolar.

Palabras clave: Educación Secundaria – años finales. Inasistencia escolar. Causas externas. Dinámica familiar.

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE CRIANÇAS QUE NÃO FREQUENTAM ESCOLA POR FAIXA ETÁRIA – BRASIL 2001/2014.....	20
GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE ABANDONO POR ETAPA DE ENSINO – BRASIL 2001/2014.....	20

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – TAXA DE ABANDONO – 2015: ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS.....	18
TABELA 2 – RENDIMENTO ESCOLAR DA REDE ESTADUAL DO PARANÁ – ENSINO FUNDAMENTAL / ANOS FINAIS – 2014, 2015 E 2016....	21
TABELA 3 – NÚCLEOS ESTADUAIS DO PARANÁ EM 2015 E 2016.....	21
TABELA 4 – TAXA DE ABANDONO ESCOLAR DA REDE ESTADUAL DO PARANÁ: ANOS FINAIS – ÁREA METROPOLITANA NORTE – 2014, 2015 E 2016.....	22
TABELA 5 – RENDIMENTO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ – ENSINO FUNDAMENTAL / ANOS FINAIS – 2014, 2015 E 2016.....	23
TABELA 6 – ABANDONO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ – 2016.....	24
TABELA 7 – RENDIMENTO ESCOLAR DA ESCOLA ONDE SE REALIZOU O ESTUDO DE CASO – 2016 E 2017.....	24

## LISTA DE SIGLAS

AMN	–	Área Metropolitana Norte
AMS	–	Área Metropolitana Sul
APCC	–	Aprovado por Conselho de Classe
CAPs	–	Centro de Atendimento Psicossocial
COMEC	–	Coordenação Metropolitana de Curitiba
CRAS	–	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	–	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	–	Estatuto da Criança e do Adolescente
EPT	–	Educação Para Todos
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	–	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IDH	–	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	–	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
NRE	–	Núcleo Regional de Educação
ONU	–	Organização das Nações Unidas
UFMG	–	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO	–	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	–	Fundo das Nações Unidas para a Infância
PAPE	–	Programa de Acolhimento, Permanência e Êxito
PNAD	–	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- RMC – Região Metropolitana de Curitiba
- SEED – Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná
- SESP/PR – Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração  
Penitenciária do Paraná

## LISTA DE ABREVIATURAS

AP	–	aprovados
Art	–	artigo
DES	–	desistentes
E F	–	ensino fundamental
E M	–	ensino médio
REP	–	reprovados

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
1.1	JUSTIFICATIVA E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA.....	18
1.2	OBJETIVOS.....	25
1.2.1	OBJETIVO GERAL.....	25
1.2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	25
<b>2</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>27</b>
2.1	HISTÓRICO SOBRE ABANDONO ESCOLAR NO BRASIL.....	27
2.2	PRINCIPAIS FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O ABANDONO ESCOLAR.....	29
2.2.1	Repetência e defasagem idade/série.....	30
2.2.2	Entrada no mercado de trabalho.....	31
2.2.3	Questões econômicas.....	32
2.2.4	Família.....	33
2.2.5	Gravidez na adolescência.....	33
2.2.6	Drogadição.....	34
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>35</b>
<b>4</b>	<b>DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>38</b>
4.1	O PERFIL DOS ALUNOS.....	38
4.2	O PERFIL DAS FAMÍLIAS.....	39
4.3	O PERFIL DOS RESPONSÁVEIS.....	40
4.4	A RELAÇÃO ENTRE RENDA FAMILIAR E ESCOLARIZAÇÃO.....	41
4.5	OS BENEFICIÁRIOS DOS PROGRAMAS DO GOVERNO.....	41

4.6	AS RAZÕES DA NÃO PRESENÇA.....	42
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>44</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>49</b>
	<b>APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS.....</b>	<b>54</b>
	<b>APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS.....</b>	<b>56</b>
	<b>APÊNDICE 3 – DADOS TABULADOS: QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS PELOS RESPONSÁVEIS DOS ESTUDANTES.....</b>	<b>59</b>
	<b>APÊNDICE 4 – DADOS TABULADOS: QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS PELOS ALUNOS.....</b>	<b>62</b>
	<b>ANEXO 1 – CIDADES COM MAIS HOMICÍDIOS NA GRANDE CURITIBA.....</b>	<b>64</b>
	<b>ANEXO 2 – RANKING DAS 30 CIDADES MAIS VIOLENTAS DO BRASIL.....</b>	<b>65</b>
	<b>ANEXO 3 – FORMULÁRIO DE REGISTRO DA REUNIÃO COM OS PAIS OU RESPONSÁVEIS DO(A) ESTUDANTE AUSENTE....</b>	<b>66</b>
	<b>ANEXO 4 – FORMULÁRIO DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA DE ESTUDANTE AUSENTE.....</b>	<b>67</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo o conhecimento das causas externas do abandono escolar nos anos finais do Ensino Fundamental. Trata-se de um estudo de caso em colégio da rede estadual de ensino localizado no município de Almirante Tamandaré, situado na área metropolitana da capital do estado do Paraná. A relevância de tal pesquisa se deve ao fato desta localidade ser a segunda colocada, no ano de 2014 e a terceira em 2015, ao serem divulgadas as taxas de abandono escolar dos municípios da Área Metropolitana Norte de Curitiba pela Secretaria Estadual de Educação - SEED-Pr. Em 2016, ocupou novamente o segundo lugar, sendo sua taxa de abandono escolar praticamente o triplo da taxa do Estado do Paraná.

Mas, o que faz um aluno sair da escola? O abandono está ligado à pobreza? Ele é reflexo de uma dinâmica familiar? Tem alguma relação com a entrada no mercado de trabalho? Há outros motivos?

No Brasil, a Constituição Federal (BRASIL, 1988), no artigo 227, enfatiza que é responsabilidade da família, da sociedade e do Estado assegurar para a criança e adolescente o direito à educação.

Sobre esse direito, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990) afirma que:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissão, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 55. Os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9.394/96 (BRASIL, 1996), nos artigos 1º, 2º, 6º e 32 especifica que:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 6º. É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental.

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: [...] IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

O Conselho Tutelar, enquanto “órgão encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e adolescente”, conforme determina o artigo 131 do ECA (BRASIL, 1990), tem como incumbência assegurar que o estudante ausente da escola retorne aos estudos, chamando os pais a essa responsabilidade. Mesmo assim, embora no artigo 3º da LDB (BRASIL, 1996), os princípios de igualdade de condição para o acesso e permanência na escola, estejam previstos, a permanência do estudante na escola não tem sido viabilizada, pois isso vai além do que consta na legislação.

Essas determinações legais constituem apenas um ponto de partida, desencadeando políticas públicas que reforçam a necessidade dos pais ou responsáveis legais de realizarem a matrícula de seus filhos e responsabilizarem-se por eles durante sua permanência no ambiente educativo. O Programa Bolsa Família é um exemplo de tentativa de vincular a frequência do estudante às aulas como condição para garantir a continuidade do recebimento do benefício, porém, há ampla polêmica sobre tal vínculo. O que se sabe é que não basta garantir apenas a efetivação da matrícula, para a garantia do direito a educação tem-se que assegurar a permanência do estudante na escola até a conclusão dos estudos, e este tem se mostrado um grande problema.

O abandono e evasão escolar, não somente no Brasil, são assuntos antigos e sempre em pauta dentre os temas educacionais, ocupando um espaço significativo nas discussões pedagógicas, levantando questionamentos sempre na busca de soluções plausíveis. Embora seja objeto constante de preocupação da ONU, como

segundo Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, tem sido um problema que está longe de ser resolvido. No item “Pais e estudantes responsáveis” contido no resumo do último Relatório de Monitoramento Global da Educação – 2017/8 (UNESCO, 2017), há referência ao absenteísmo – ausência da escola não autorizada - dos alunos como problema existente em todo o mundo.

Para se referir ao fato do aluno deixar de frequentar a escola, dois termos são usados com frequência nas estatísticas oficiais do governo brasileiro (IBGE, 2017): abandono escolar e evasão escolar. Especificamente no Paraná, o documento intitulado Programa de Combate ao Abandono Escolar do Paraná (2013) foi enviado às escolas visando assegurar a permanência e o sucesso da aprendizagem dos (as) estudantes matriculados(as) nas escolas públicas do Paraná, reiterando que “na forma da Lei e da Constituição Federal, é de responsabilidade de todos, Poder Público, família, comunidade ligada direta ou indiretamente à educação escolar e sociedade em geral preocupar-se com o enfrentamento ao abandono escolar”.

Nele é esclarecido que “conceitualmente esses dois termos não podem ser usados como sinônimos por se tratar de situações educacionais distintas”, e referenciado em Saraiva (2013) é destacado que:

Abandono é a condição de infrequência escolar que ocorre durante o andamento do ano letivo, porém no outro ano escolar o (a) estudante é rematriculado. Já, na evasão escolar, não ocorre a matrícula no ano posterior.

---

<sup>1</sup> A Rede de Proteção é a união de vários equipamentos de um município, tais como: escolas, unidade de saúde, Conselho Tutelar, CREAS, CRAS, CAPS e Secretaria Municipal de Educação, cujo objetivo, segundo o Portal Dia a Dia Educação, na aba Gestão Escolar, é de “identificar, notificar, atender e manter uma atitude vigilante, de acordo com a necessidade e gravidade do caso, com a proposição de ações preventivas” para crianças e até mesmo adultos em situação de risco. Na área da educação, a Rede de Proteção também age diretamente sobre as questões de abandono escolar, pois se caracteriza como violação dos direitos das crianças e adolescentes em frequentar a escola.

O objetivo principal deste Programa, segundo o Portal Dia a Dia Educação, na aba Gestão Escolar, é:

Resgatar estudantes com 5 (cinco) faltas/dias consecutivas ou 7 (sete) faltas/dias alternados por meio de ações integradas entre a escola e a Rede de Proteção<sup>1</sup> à criança e ao adolescente, para evitar que essas faltas se efetivem como evasão escolar.”

O mesmo programa alerta que:

Para que a evasão não aconteça, a instituição escolar deve ficar atenta, a fim de perceber em que momento as causas que levam à infrequência extrapolam a sua competência, para então acionar as demais instituições que compõem a Rede de Proteção da criança e do adolescente para promover a reintegração escolar do estudante infrequente.

No glossário do site Todos pela Educação, também há referência ao abandono escolar caracterizado pelos alunos que deixaram de frequentar a escola durante o andamento do ano letivo, enquanto na evasão escolar o estudante após ter sido matriculado em determinado ano letivo, não se matricula na escola no ano seguinte, independentemente de sua condição de rendimento escolar ter sido aprovado ou de reprovado.

Neste estudo, optou-se por conhecer as causas do abandono escolar, ou seja, por investigar o aluno que ainda não evadiu da escola, mas, que devido ao elevado número de faltas, acaba por abandonar os estudos em um ano, retornando no ano seguinte, fato que pode ocorrer mais de uma vez durante seu percurso escolar. Considera-se fundamental a existência de pesquisas que auxiliem a entender o absenteísmo e combater o abandono escolar para que esse fato não se efetive como evasão. Conforme o relatório de Monitoramento Global da Educação (UNESCO, 2017, p. 29), segundo relatório da nova série de relatórios iniciada em 2016, “A abstenção está associada a consequências negativas de curto e longo prazo para os estudantes; ela está relacionada à repetição de ano e ao abandono escolar, bem como ao envolvimento com a Justiça.” Entende-se que a não superação do abandono escolar

vai reforçar as desigualdades educacionais no país, pois a evasão implica que, mesmo sob o discurso da inclusão, ainda exista uma população sem condições de frequentar a escola.

### 1.1 JUSTIFICATIVA E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Segundo relatório do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013), entre os países com menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), o Brasil tem a terceira maior taxa de abandono escolar, ganhando apenas da Bósnia Herzegovina (26,8%), e das ilhas caribenhas São Cristovam e Névis com o índice de 26,5%. Em relação aos países da América do Sul, o Brasil tem a menor média de estudo. Pesquisa realizada pela UNICEF (2012) mostrou que no Brasil há 2,8 milhões de brasileiros na faixa etária de 4 a 17 anos sem estudar.

Neste contexto, embora o estado do Paraná ocupe a 17ª posição no ranking de abandono escolar brasileiro, é o estado da região Sul com o maior índice, como mostra a tabela abaixo:

TABELA 1 – TAXA DE ABANDONO – 2015: ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS

ESTADO	REGIÃO	TAXA
Alagoas	Nordeste	8,3
Sergipe	Nordeste	7,1
Paraíba	Nordeste	6,8
Pará	Norte	6,7
Bahia	Nordeste	6
Amazonas	Norte	5,8
Rio Grande do Norte	Nordeste	5,5
Roraima	Norte	5,3
Maranhão	Nordeste	4,6
Amapá	Norte	4,4
Acre	Norte	4,1
Piauí	Nordeste	4
Rondônia	Norte	3,8
Pernambuco	Nordeste	3,3
Mato Grosso do Sul	Centro-oeste	3,3
Tocantins	Norte	2,9
ESTADO	REGIÃO	TAXA

Paraná	Sul	2,8
Distrito Federal	Centro-oeste	2,7
Ceará	Nordeste	2,6
Minas Gerais	Sudeste	2,3
Goiás	Centro-oeste	2,1
Rio de Janeiro	Sudeste	2,1
Rio Grande do Sul	Sul	2
Espírito Santo	Sudeste	1,9
São Paulo	Sudeste	1,3
Mato Grosso	Centro-oeste	1,1
Santa Catarina	Sul	1

FONTE: Todos pela Educação<sup>2</sup> (2016)

Segundo dados coletados no Censo Escolar pelo INEP, em 2014 havia 48,8 milhões de estudantes matriculados na educação básica. Destes, 3.025.868 abandonaram os estudos, sendo 954.124 na faixa etária de 4 e 5 anos, 412.446 entre 6 a 14 anos e 1.659.298 de 15 a 17 anos.

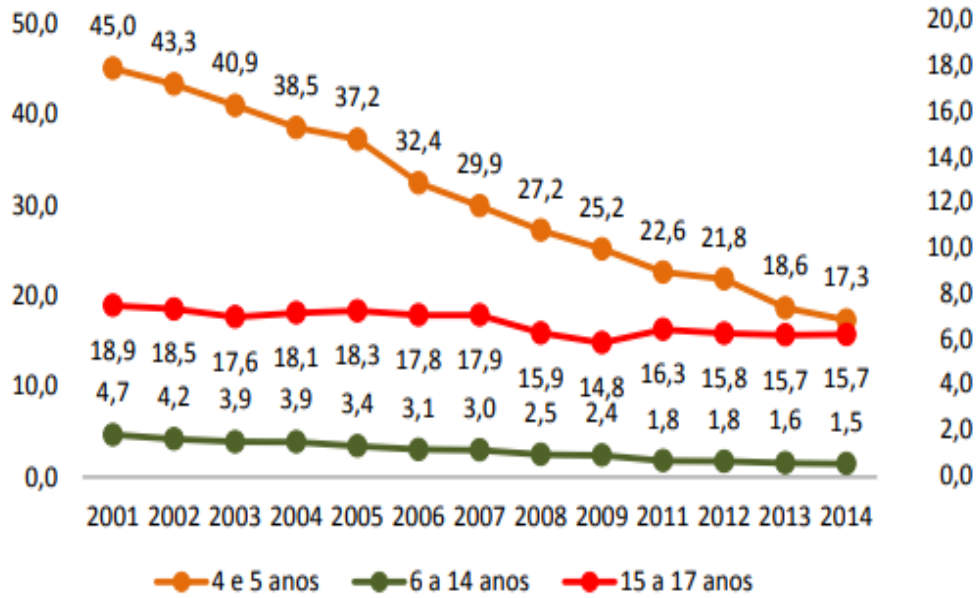
Em 2016, o Governo Federal lançou o Programa de Acolhimento, Permanência e Êxito (PAPE): de Volta para Escola (Brasil, 2016), cuja finalidade era o retorno dos 1,6 milhões de estudantes entre 4 e 17 anos que não permaneceram na escola em 2015, para a sala de aula. O programa era uma parceria dos ministérios da Educação, Saúde e Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Os gráficos de percentual de abandono a seguir foram apresentados para justificar a importância do PAPE.

---

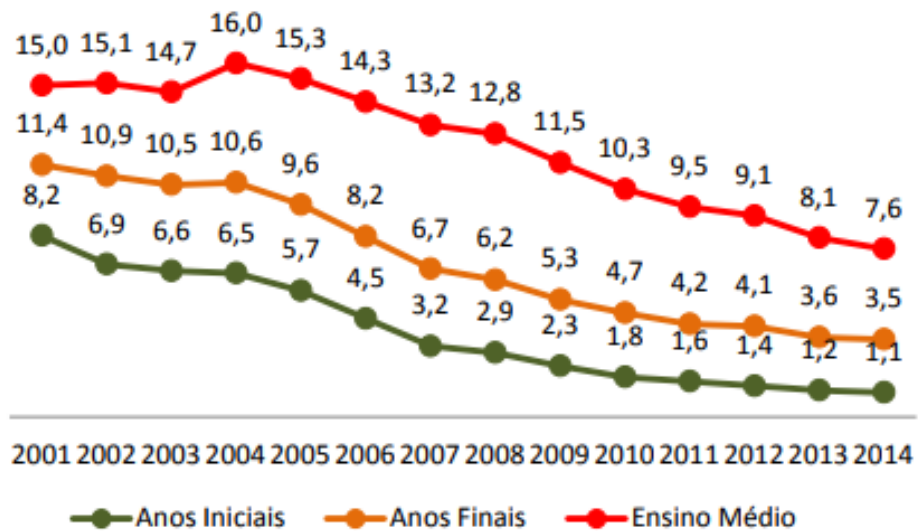
<sup>2</sup> O site Todos Pela Educação não disponibilizou os dados de 2016 referente a taxa de abandono do ensino fundamental – anos finais.

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DO PERCENTUAL DE CRIANÇAS QUE NÃO FREQUENTAM ESCOLA POR FAIXA ETÁRIA – BRASIL 2001/2014



FONTE: Todos pela Educação (2018)

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE ABANDONO POR ETAPA DE ENSINO – BRASIL 2001/2014



FONTE: Todos pela Educação (2018)

Também informações como as da tabela a seguir, sobre aprovação e reprovação nas escolas do Paraná, são sempre acompanhadas dos percentuais de abandono escolar, importante indicador no estudo do rendimento escolar de um sistema de ensino.

TABELA 2 – RENDIMENTO ESCOLAR DA REDE ESTADUAL DO PARANÁ  
ENSINO FUNDAMENTAL/ANOS FINAIS – 2014, 2015 e 2016<sup>3</sup>

	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	ABANDONO
2014	83,2%	13,6%	3,2%
2015	85,4%	11,4%	2,8%
2016	84,27%	13,31%	2,42%

FONTE: Portal Dia a Dia Educação (2016)

Portanto, dados sobre o abandono escolar nas diversas regiões do estado do Paraná são divulgados anualmente pela Secretaria de Estado da Educação – SEED-Pr, por núcleos regionais de educação (NRE).

TABELA 3 – NÚCLEOS ESTADUAIS DO PARANÁ EM 2015 e 2016:  
ABANDONO

NÚCLEOS	2015	2016
APUCARANA	2,01%	1,37%
AMN	4,94%	4,09%
AMS	2,42%	2,43%
Assis Chateaubrian	1,51%	1,64%
Campo Mourão	3,26%	2,08%
Cascavel	1,33%	0,89%
Cianorte	3,35%	3,12%
Cornélio Procópio	3,83%	2,74%
Curitiba	3,14%	2,33%
Dois Vizinhos	2,46%	1,68%
Foz do Iguaçu	4,10%	3,82%
Goioerê	4,02%	2,02%
Guarapuava	5,35%	3,80%
Ibaiti	3,87%	3,20%

<sup>3</sup> Dados preliminares disponibilizados pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná. A sigla AMN refere-se a área metropolitana norte e a sigla AMS a área metropolitana sul.

NÚCLEOS	2015	2016
Irati	2,84%	2,48%
Ivaiporã	2,62%	1,32%
Jacarezinho	3,11%	1,45%
Laranjeiras do Sul	1,95%	1,61%
Loanda	2,88%	2,20%
Londrina	4,50%	2,68%
Maringá	3,76%	3,19%
Paranaguá	3,88%	2,59%
Paranavaí	2,33%	1,66%
Pato Branco	3,89%	1,92%
Pitanga	3,04%	2,38%
Ponta Grossa	2,52%	1,87%
Telêmaco Borba	5,62%	3,71%
Toledo	2,08%	1,54%
Umuarama	2,07%	1,46%
União da Vitória	1,00%	0,43%
Wenceslau Braz	4,27%	3,49%

FONTE: Portal Dia a Dia Educação (2016)

E a cada ano a taxa do abandono dos estudantes de cada NRE é conhecida, por município que a ele estão vinculados. A seguir são apresentadas as taxas do triênio 2014, 2015 e 2016 referentes aos municípios que compõem o NRE da área metropolitana norte de Curitiba. As taxas de abandono escolar de 2017 não haviam sido disponibilizadas pela SEED-Pr até a conclusão deste trabalho.

TABELA 4 – TAXA DE ABANDONO ESCOLAR DA REDE ESTADUAL DO PARANÁ: ANOS FINAIS - ÁREA METROPOLITANA NORTE – 2014, 2015 e 2016

MUNICÍPIO	2014	2015	2016 <sup>4</sup>
Adrianópolis	1,8%	2,17%	2,66%
Almirante Tamandaré	8,2%	7,65%	6,74%
Bocaiúva do Sul	5,7%	11,02%	0%
Campina Grande do Sul	3,7%	7,17%	3,25%
Campo Magro	3,8%	3,9%	3,06%
Cerro Azul	6,5%	6,60%	8,18%
Colombo	5,3%	3,89%	3,98%
Doutor Ulysses	3,1%	3,19%	5,32%
Itaperuçu	4,2%	4,59%	6,10%
Pinhais	4,6%	3,10%	3,16%
Piraquara	6,5%	6,56%	4,23%

<sup>4</sup> Dados preliminares disponibilizados pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná.

MUNICÍPIO	2014	2015	2016 <sup>4</sup>
Quatro Barras	8,3%	8,16%	3,38%
Rio Branco do Sul	1,1%	0,91%	1,86%
Tunas do Paraná	0%	0%	0,85%

FONTE: Portal Dia a Dia Educação (2016)

Surpreende o fato do município Bocaiúva do Sul apresentar em 2016, taxa de abandono de 0%, o que leva a supor que a informação pode não ter sido coletada. O mesmo ocorre na informação dos anos de 2014 e 2015 em Tunas do Paraná, sendo registrada tal ocorrência apenas no ano de 2016, conforme mostra a tabela acima. Destaque-se que o município possui duas escolas estaduais e no ano de 2016 efetuou 823 matrículas.

Os dados sobre abandono escolar do município de Almirante Tamandaré, onde a escola investigada se localiza, juntamente com o rendimento escolar, em 2014, 2015 e 2016, também podem ser observados na tabela a seguir.

TABELA 5 - RENDIMENTO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ – ENSINO FUNDAMENTAL/ANOS FINAIS – 2014, 2015 e 2016<sup>5</sup>

ANO	APROVAÇÃO	REPROVAÇÃO	ABANDONO
2014	76,2%	15,6%	8,2%
2015	76,33%	16,02%	7,65%
2016	78,04%	15,22%	6,74%

FONTE: Portal Dia a Dia Educação (2016)

---

<sup>5</sup> Dados preliminares disponibilizados pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná.

A taxa de abandono escolar das escolas estaduais do Paraná, em 2016, também foi divulgada para cada nível de ensino, pelo Portal Dia a Dia Educação (2017). A seguir apresenta-se o total de alunos que abandonaram alguma das 16 escolas estaduais localizadas no município de Almirante Tamandaré<sup>6</sup>, nas quais 9.935 alunos estavam matriculados nas duas etapas de ensino mencionadas.

TABELA 6 – ABANDONO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ – 2016

ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO
325	397

FONTE: SEED/PR (2017)

A seguir, apresentam-se informações da escola investigada sobre aprovação, incluindo-se os aprovados por Conselho de Classe (APCC), e reprovação, incluindo-se os casos que caracterizam abandono escolar.

TABELA 7 – RENDIMENTO ESCOLAR DA ESCOLA ONDE SE REALIZOU O ESTUDO DE CASO – 2016<sup>7</sup> E 2017

2016			2017		
MATRICULADOS	AP	REP	MATRICULADOS	AP	REP
E F: 362	303 (69 APCC)	59, (27 abandono)	E F:361	293 (50 APCC)	68 (21 abandono)
E M: 210	146 (72 APCC)	64 (52 abandono)	E M: 230	172 (64 APCC)	58, (39 abandono)

FONTE: ATA Final de Conselho de Classe

<sup>6</sup> O município de Almirante Tamandaré possui 18 escolas estaduais.

<sup>7</sup> O abandono escolar no Ensino Médio, no período noturno é alto, sendo 42 reprovados, todos por desistência, devido ao cancelamento do transporte escolar oferecido pelo município a partir do mês de outubro de 2016, por isso, diante da falta de segurança da região, os educandos não se deslocavam a pé para o colégio. Porém, alguns destes estudantes, já apresentavam quantidade significativa de faltas antes desse período.

Devido a todos os fatos expostos, a escola precisa refletir sobre seus resultados tendo em vista criar mecanismos que possam garantir a permanência dos estudantes. Considera-se que identificar as causas externas do abandono escolar pode trazer para a instituição de ensino um maior conhecimento sobre a temática, em busca de uma melhor compreensão das condições que levam o aluno a infrequência escolar.

Tendo em vista contribuir com o tema, neste estudo, busca-se responder a seguinte questão: Quais as causas externas que incidem mais fortemente sobre o abandono escolar?

O objetivo geral e os objetivos específicos da investigação aqui proposta são a seguir apresentados.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 OBJETIVO GERAL

Conhecer as causas externas que incidem sobre o abandono escolar em uma escola estadual de Ensino Fundamental – Anos Finais, no município de Almirante Tamandaré, Paraná.

### 1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer os principais fatores externos que levam ao abandono escolar apontados na literatura.
- Identificar as causas do abandono escolar apontadas pelos estudantes infrequentes na escola investigada.
- Verificar se há relação entre a dinâmica familiar daqueles estudantes e as causas externas apontadas para o abandono escolar.

O presente estudo é formado por esta introdução, seguida de um capítulo de revisão de literatura contendo histórico do abandono escolar no Brasil e os principais fatores que levam a isto. No terceiro capítulo é detalhada a metodologia e no quarto, apresentada a descrição e análise dos resultados obtidos a partir da aplicação de instrumentos de pesquisa. Ao final, apresentam-se as considerações e indicações para estudos posteriores.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 HISTÓRICO SOBRE ABANDONO ESCOLAR NO BRASIL

Na passagem do século XIX para o século XX, a oferta da educação básica no Brasil, ainda sob fortes reflexos de uma sociedade escravocrata, oferecia resistência ao acesso dos pobres, principalmente de ex-escravos, à escola. A abolição garantiu a liberdade, mas muitos ex-escravos viviam em péssimas condições de subsistência e a escola não era entendida como possibilidade de mudança social.

O lento avanço no processo de industrialização também não colaborou para a popularização da educação, pois a escolarização não era exigência para entrada ao mercado de trabalho, exceto para as camadas mais ricas que ocupavam os melhores cargos. Com a vinda de imigrantes ao Sul do Brasil, embora houvesse uma certa valorização da atividade educacional numa sociedade baseada no trabalho livre e na pequena propriedade rural, devido ao isolamento geográfico de algumas localidades, o analfabetismo cresceu. Em tal conjuntura, pode-se afirmar que a educação brasileira, determinada por um cenário político que sempre se encontrava a serviço da população mais privilegiada, não era acessível aos mais desfavorecidos.

Apenas na década de 1930, a educação escolar passou a ser um direito a todos, garantido por lei, com o intuito de diminuir as desigualdades sociais, porém não obrigatório. Na metade do século XX, apenas um terço das crianças entre 7 e 14 anos frequentava a escola, em sua maioria filhos da elite. Na década de 1960, o discurso da universalização do acesso ganhou destaque, e embora a primeira lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) - Lei 4024/61 (Brasil, 1961) tenha sido, após 16 anos de embate, finalmente aprovada, somente 60% das crianças estudavam (GOLDEMBERG, 1993). Nessa mesma época, a evasão era altíssima, a cada 1.000 crianças matriculadas, somente 180 concluíam o 1º grau. Fato que se manifestava, já na passagem do 1º para o 2º ano do curso primário, quando 50% dos estudantes não iniciavam o ano seguinte.

No início dos anos 1970, sob um regime de ditadura militar e um discurso da necessidade de melhoria de condições de acesso à educação básica de qualidade

para o atendimento ao mercado, foi realizada em tempo mínimo a reforma da LDB, Lei 4024/61, passando a vigorar a Lei 5692/71. Foi extinto o exame de admissão para a passagem do curso primário de 4 anos ao curso ginásial também de 4 anos, mantido na Lei 4024/61, fundando-se o ensino de primeiro grau de 8 séries que se tornou obrigatório pela Lei 5692/71.

A expansão do acesso da classe popular a esta etapa de ensino na escola pública, foi sendo cada vez mais reivindicada e conquistada, mas, não correspondeu a um adequado atendimento das crianças oriundas das classes menos favorecidas. A evasão de crianças entre 7 a 14 anos, nesse período, ou seja, das matriculadas no primeiro grau, segundo Mello (1995), aproximou-se de 7,6 milhões, correspondendo a 33% do total de alunos em idade escolar. A maior taxa de abandono e evasão era oriunda das escolas públicas do meio rural – 4,8 milhões. Assim, a década de 1980 foi marcada por taxas elevadas de abandono escolar na escola pública.

Em meados da década de 1980, sob a égide da redemocratização, sentiu-se a necessidade de uma nova LDB e após uma década de discussão, foi aprovada a Lei 9394/96, modificando-se a estrutura da oferta de ensino para níveis (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e modalidades de ensino. Além da oferta obrigatória e gratuita do ensino fundamental, determinou-se a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade em relação ao ensino médio, segundo artigo 4º, inciso II (Brasil, 1996). Na Educação Infantil, a promessa de atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade.

Mais uma vez, a lei brasileira garantia a entrada das crianças à escola e indicava a progressiva expansão de sua oferta, para atender crianças, adolescentes e jovens dos 4 aos 17 anos, mas, ainda não assegurava as condições para sua permanência nos estabelecimentos de ensino.

## 2.2 PRINCIPAIS FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O ABANDONO ESCOLAR

Atualmente, o problema do ensino, não só no Brasil, está na desigualdade das condições de oferta da educação escolar diferenciando as possibilidades de acesso e permanência, mesmo quando há programas prevendo penalizações para os pais/responsáveis que não matriculam ou privilegiam a manutenção de seus filhos na escola (BRASÍLIA: UNESCO, 2017, p. 29). Segundo a mesma fonte:

Estudantes desfavorecidos têm maiores chances de se ausentarem. O papel dos pais ou responsáveis na redução do absenteísmo é muito importante, embora seja um fenômeno multidimensional que envolve vários fatores.

O relatório de monitoramento global de Educação Para Todos (BRASÍLIA: UNESCO, 2013) já enfatizava que a pobreza é um dos fatores que exerce maior responsabilidade para a ocorrência de tal problemática. No Brasil, de acordo com a literatura disponível, (BRUEL, 2014, entre outros) e documentos oficiais, vários fatores externos influenciam diretamente na permanência ou abandono dos alunos aos estudos, como: a condição econômica, distância da escola, a entrada ao mercado de trabalho, gravidez precoce, uso de drogas, necessidade de cuidar dos irmãos menores, dentre outros motivos.

Por outro lado, fatores internos têm sido identificados em pesquisas educacionais aparecendo relacionados tanto a práticas pedagógicas pouco atrativas, professores despreparados e/ou autoritários quanto ao desinteresse e baixo desempenho do estudante (BURIGO, 2014, entre outros). Para Saviani (1996):

A falta de comprometimento da escola com a função de ensinar pode provocar desinteresse por parte dos/as estudantes em permanecer na escola. Atualmente a escola desenvolve toda sorte de atividades que a leva a perder a sua própria essência.

Devido esta pesquisa não tomar como objeto de estudo os fatores internos do abandono escolar, a seguir, são destacados fatores externos encontrados na revisão de literatura e de documentos oficiais, sendo este um dos objetivos específicos do presente trabalho.

### 2.2.1 Repetência e defasagem idade/série

Relatório de Monitoramento Global de Educação Para Todos – EPT, sob o título Educação para todos em 2015: alcançaremos a meta? (BRASÍLIA: UNESCO, 2008) aponta que nos países em desenvolvimento, onde a taxa de repetência escolar é alta, o abandono e a evasão acabam ocorrendo com maior intensidade. Fernandes (2010) coloca que a defasagem idade-série de estudantes brasileiros que estão dois ou mais anos atrasados em relação à série que deveriam estar cursando, tem sido fator determinante para o abandono escolar. Alerta desconcertante, quando sabe-se que, um em cada cinco estudantes do Ensino Fundamental estava atrasado na escola, como aponta o Censo Escolar (2010).

Preocupados com fatores que geravam o abandono escolar, pesquisadores educacionais como Brandão (1983) afirmara que ao repetir com frequência uma mesma série, metade dos alunos abandonavam a escola; Azanha (1993), alertara que a repetição deveria ocorrer em última instância e que se o educando apresentasse um histórico de várias reprovações, a probabilidade dele largar os estudos quando estivesse próximo dos seus quinze anos seria muito alta, pois nesse período muitos jovens ingressam no mercado de trabalho devido sua situação financeira. Também Libâneo (1994) reiterava que o fracasso escolar, resultado de inúmeras reprovações advindas da dificuldade de alfabetização ou questões de aprendizagem não superadas, fazia com que o aluno silenciosamente se excluísse da escola, comprometendo a continuidade de seus estudos. Para este autor, a repetição pode trazer um efeito devastador no aluno, contribuindo para uma baixa autoestima. Além disso, alertava que esse fracasso poderia acompanhá-lo pelo resto de sua vida.

Na continuidade de pesquisas sobre este tema, Lopez e Menezes (2002), destacaram a repetência como o principal fator do abandono e evasão escolar, pois o estudante perde o interesse em prosseguir com os estudos e Borges (2013) concluiu que um em cada quatro alunos que inicia o Ensino Fundamental deixa a escola antes de terminar essa etapa.

Dos resultados das pesquisas aqui referenciadas, considera-se que a escola, por meio da reprovação, parece contribuir para reforçar a desigualdade social e não

garantir aos menos favorecidos oportunidades e condições para enfrentar sua triste realidade.

### 2.2.2 Entrada no mercado de trabalho

Como já afirmado por Azanha (1993), a associação entre o baixo desempenho escolar e o ingresso precoce do estudante no mercado de trabalho é um forte determinante para o abandono escolar e evasão, pois, face à dupla jornada (trabalhar e estudar), sobrecarregado, não encontra razões para permanecer na escola (BRASÍLIA: UNESCO, 2017). A face mais cruel desse cenário está no fato do ingresso no mercado do trabalho, que poderia contribuir para o amadurecimento emocional, social e cognitivo, e assim ser uma base de apoio para a compreensão dos conteúdos escolares, afastar o jovem da escola; podendo inclusive privá-lo de obter uma formação adequada que o ajudasse a buscar alternativas para reverter a situação de desigualdade social em que está inserido. Muitas famílias necessitam de ajuda financeira imediata como condição de sobrevivência e por isso não associam a educação escolar como uma das prioridades. A não associação entre educação e trabalho acaba perpetuando sua situação de pobreza, dificultando qualquer tentativa de reverter a condição sócio-econômica em que se encontram.

Diante desse cenário, surgem alguns questionamentos: Sem estudo e qualificação, como conseguir um emprego melhor? Como ser mais qualificado e melhor remunerado?

Torna-se comum que esses jovens entrem para o mercado informal, sem garantias trabalhistas e com maior instabilidade. Dados recentes do estudo Aprendizagem em Foco, apresentados no site do Instituto Unibanco (2016) confirmam que muitos jovens, ao perderem o emprego, dificilmente voltaram a estudar.

### 2.2.3 Questões econômicas

É comum a escola atribuir o fracasso das crianças em situações menos desfavorecidas ao fato destas não terem estímulos vindos de casa, necessários para a aprendizagem. Com isso, isenta-se o Estado de sua responsabilidade e a coloca na família ou no seu nível econômico.

Faz-se necessário que os professores, funcionários, pais e estudantes de escolas públicas se apropriem do acervo da literatura educacional contemporânea para que tenham um olhar diferenciado para os estudantes de classes menos favorecidas, pois como já afirmava Brandão (1983, p. 68), “os alunos com nível socioeconômico e cultural mais baixo têm um menor índice de rendimento e são mais propensos a evasão. ”

Por outro lado, este reconhecimento de que os estudantes eram diferentes , reiterado por Goldemberg (1993, p. 65) ao afirmar que: “O Brasil apresenta de forma agravada algumas características próprias de países em desenvolvimento, entre os quais uma enorme desigualdade na distribuição de renda e imensas deficiências no sistema educacional”, embora tenha levado mais recentemente a alterações de proposições curriculares e a novas práticas avaliativas, principalmente nas escolas públicas, parece não ter sido acompanhado de uma concepção de formação e desenvolvimento humano que levasse a reconhecer a diversidade dos humanos mas de forma a não gerar desigualdade educacional.

O fracasso, neste caso, está na forma de como a escola trata a criança e principalmente o adolescente e o jovem pobre, pois, ao não ser convencido de que é não é menos capaz e inteligente do que os outros, só lhe resta desistir de estudar. Segundo relatório do Instituto Unibanco (2016), 75% dos jovens entre 15 e 17 anos que estão fora da escola possuem renda média por morador em domicílio de R\$ 436,00 enquanto os jovens que concluíram o Ensino Médio, por exemplo, tem renda, aproximadamente, duas vezes maior.

#### 2.2.4 Família

A família é o primeiro modelo identificatório de uma criança, e a partir desse convívio, ela desenvolverá padrões de socialização que irão acompanhá-la por toda sua vida (GRUBITS, 1996), inclusive repercutindo na importância e valorização que dará aos estudos. Porém, a instituição familiar poderá também reforçar o ciclo da pobreza. Santos et al (2000), são enfáticos ao afirmarem que o nível de educação dos pais interfere na chance de progresso escolar dos filhos, uma vez que essas crianças nascem e crescem em ambientes que não oferecem estímulos e condição para obter sucesso na escola. Por muitas vezes, os responsáveis legais acabam permitindo que o estudante deixe os estudos, para ajudar no sustento familiar ou afazeres domésticos, pois, precisam do recurso financeiro imediato para a subsistência.

#### 2.2.5 Gravidez na adolescência

A adolescência é uma fase importante para a construção de valores, aquisição de identidade própria, construção de relações afetivas com outras pessoas, preparação para a entrada no mercado de trabalho... Porém, é marcada também pelo egocentrismo e questionamentos a autoridades.

A gravidez na adolescência não é um fenômeno recente, mas que vem aumentando nos últimos anos. Esse momento na vida das mulheres é acompanhado por muitas transformações: endócrinas, somáticas e psicológicas, influenciando suas vidas. No caso da adolescente, além desses fatores, há a instabilidade emocional.

Pinheiro (2000), já explicava que o aumento do número de adolescentes grávidas se devia ao fato de que nessa fase, meninas e também meninos não conseguem antecipar as consequências de um determinado fato, pois não se preocupam com situações futuras e conceitos abstratos.

Segundo Carvalho e Matsumoto (2011), pesquisas apontam que a ocorrência da gravidez em adolescentes de classes menos favorecidas são maiores, se comparadas as demais classes sociais e que a maternidade na maioria dos casos,

leva ao abandono definitivo da escola, não só da menina, mas também do pai da criança que necessita trabalhar para sustentar essa nova família.

O Instituto Unibanco (2016) divulgou o resultado da pesquisa que realizou com base nos últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE sobre abandono escolar. O estudo revelou que apenas 2% das adolescentes que tiveram filhos dão continuidade aos estudos, pois a gravidez precoce eleva aproximadamente quatro vezes o risco de evasão. São, portanto, necessárias políticas intersetoriais que envolvam a educação, saúde e a assistência social e que promovam o acesso a informação sobre, por exemplo, métodos contraceptivos.

#### 2.2.6 Drogadição

Muitas crianças e adolescentes deixam de frequentar as aulas devido ao uso de drogas e outras substâncias ilícitas. Segundo dados do Conselho Tutelar de Franca – São Paulo (2011), o vício atinge 4 entre 10 estudantes que deixaram a escola. Esses alunos encontram-se na faixa etária de 12 a 16 anos e ainda não concluíram o ensino fundamental.

Nesta fase da vida, o menor começa a manifestar desejos próprios e senso de independência e muitos pais perdem o controle dos filhos, não conseguindo fazer que eles retornem aos estudos. Fisicamente e psiquicamente, as drogas mudam o comportamento do usuário, causando sensações, segundo Zagury (1999), que afetam o sistema nervoso central, alterando a percepção, inteligência, raciocínio, memória e até mesmo o autocontrole.

São os indicadores, até aqui identificados, que servirão de guia para a busca dos fatores externos que causam o abandono escolar, busca que será realizada na escola onde a autora é pedagoga, utilizando-se procedimentos metodológicos indicados a seguir.

### 3 METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa de natureza qualitativa, em uma escola estadual de Almirante Tamandaré- Pr, foi utilizado como instrumento para a coleta de informações, questionários, entendendo-se que desta forma os participantes teriam maior liberdade e tempo para o preenchimento das respostas.

Foram elaborados dois questionários: um para que os estudantes com grande número de faltas respondessem, e, outro, destinado ao seu pai/responsável, indicado em sua ficha de matrícula, tendo em vista caracterizar seu perfil familiar.

As perguntas formuladas para compor os questionários<sup>8</sup> foram retiradas do Programa de Combate ao Abandono Escolar (2013), distribuído para as escolas públicas do estado do Paraná com a intenção de subsidiar o enfrentamento deste problema. Nele, encontram-se orientações de como proceder em relação aos estudantes, suas famílias, e são sugeridos encaminhamentos aos órgãos responsáveis como, por exemplo, o Conselho Tutelar.

Com a finalidade de identificar os possíveis participantes desta pesquisa, com base na quantidade excessiva de faltas, utilizou-se o critério estabelecido no Programa de Combate ao Abandono Escolar (2013), realizando-se um levantamento nos diários de classe de todas as turmas dos quatro anos finais do ensino fundamental, no ano de 2017.

De acordo com aquele Programa, o estudante com cinco (5) faltas consecutivas ou sete (7) alternadas em um mesmo mês, sem justificativas legais, caracterizaria um estudante infreqüente com tendência ao abandono escolar.

Somente foram considerados possíveis participantes, os estudantes que atendessem aos critérios do Programa de Combate ao abandono escolar, após os

---

<sup>8</sup> Importante ressaltar que no questionário aplicado aos alunos, há alternativas relacionadas as causas internas, tais como indisciplina, desinteresse, rendimento insuficiente em alguma disciplina, não possuir condições materiais... pois estes também são motivos do abandono escolar (SAVIANI, 1996).

procedimentos que haviam sido adotados pela escola<sup>9</sup>, visando o retorno do estudante, nos anos de 2015, 2016 e primeiro semestre de 2017. Dentre os possíveis participantes, três estudantes que haviam abandonado os estudos no 9º ano em 2015, já estavam cursando o Ensino Médio no ano de 2017.

Inicialmente, os possíveis participantes, identificados por terem um maior número de faltas, foram chamados em pequenos grupos, em média, dois ou três alunos de cada um dos anos finais do ensino fundamental. Foi explicado a cada grupo que há muito tempo as escolas têm se preocupado com o expressivo número de estudantes que apresentam muitas faltas, levando a reprovação, abandono ou até mesmo a evasão escolar. Situação esta que havia levado a autora deste trabalho, pedagoga daquela escola, a elaborar um projeto de pesquisa no curso de especialização que estava realizando, para estudar o tema abandono escolar naquela escola.

A cada pequeno grupo foi explicado que poderiam participar da pesquisa referida, que era externa a escola, por meio do preenchimento de respostas a um questionário que havia sido elaborado pela pedagoga, para conhecer as causas externas que poderiam ter levado ou vir a levar estudantes dos anos finais do ensino fundamental a abandonar a escola.

Todo estudante que aceitasse participar responderia a um questionário que não deveria conter seu nome, pois, tratava-se de uma pesquisa acadêmica para conhecer os motivos externos a escola que poderiam levar ao abandono escolar.

---

<sup>9</sup> Os professores comunicam o Setor Pedagógico quais são os alunos que não estão frequentando as aulas ou apresentando faltas intercaladas, então as pedagogas entram em contato telefônico com as famílias para saber quais são os motivos das faltas e solicitando o retorno imediato do educando à escola. Persistindo as faltas, os responsáveis recebem um comunicado por escrito, alertando sobre a quantidade de faltas e solicitando a presença dos mesmos na instituição de ensino. Quando estes comparecem a escola, registra-se em ata os motivos das faltas e as famílias são orientadas quanto à necessidade e importância dos estudantes frequentarem regularmente as aulas. Muitos pais/responsáveis não comparecem quando solicitados, então realiza-se a visita domiciliar, feita pelo diretor ou vice-diretor para que os pais assinem o Anexo II – Formulário de Registro da Reunião com os Pais ou Responsáveis do (a) Estudante Ausente (anexo 3 desta pesquisa), do Programa de Combate ao abandono Escolar. Após tais tentativas e havendo a persistência das faltas, comunica-se o Conselho Tutelar, preenchendo o Anexo III – Formulário de Notificação Obrigatória de Estudante Ausente, do Programa de Combate ao Abandono Escolar (2013).

Portanto, também, no questionário que levaria para que seus pais/responsáveis legais preenchessem, não deveria haver identificação do respondente, preservando, portanto, a identidade de sua família

Os estudantes convidados a participar da pesquisa estavam assim distribuídos por anos escolares em 2017: nove (9) eram do 9º ano; três (3) do 8º ano; três (3) do 7º ano e dois (2) do 6º ano. Foram também chamados dois (2) que já estavam matriculados no ensino médio: um (1) matriculado no 1º ano e um (1) no 2º ano. Todos os vinte (20) estudantes convidados concordaram em participar da pesquisa. Portanto, durante os meses de junho e julho de 2017, em um período de aproximadamente duas semanas, onze (11) estudantes do sexo masculino e nove (9) do sexo feminino responderam ao questionário, apresentado integralmente no Apêndice 2.

O questionário para caracterizar o perfil da família de cada estudante (Apêndice 1) foi entregue a cada um dos estudantes para que solicitasse ao seu pai/responsável legal que o respondesse. Dos vinte (20) questionários levados, oito (8) não foram devolvidos. Devido a isto, algumas informações foram buscadas na ficha de matrícula do estudante, encontrada no acervo documental da secretaria da escola, tendo em vista a necessidade de caracterizar o perfil de cada uma das famílias dos estudantes participantes.

Importante ressaltar que, a escola onde o estudo foi realizado, também apresenta no Ensino Médio a problemática do abandono escolar, no entanto, nesta pesquisa as respostas dos três (3) estudantes que já estavam matriculados e frequentando este nível de ensino, foram buscadas ainda para referenciar informações relativas ao nível escolar anterior. Os resultados encontrados referem-se, portanto, a etapa de ensino delimitada pelo curso de Pós-Graduação em Organização do Trabalho Pedagógico na Educação Escolar Pública de Nível Fundamental 6º ao 9º anos.

## 4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Das respostas dos responsáveis pelos estudantes do Ensino Fundamental – Anos Finais da escola investigada (Apêndice 3) e da consulta à ficha de matrícula<sup>10</sup> dos estudantes que não devolveram o questionário destinado a seus responsáveis legais, pode-se elencar e analisar informações sobre:

### 4.1 O PERFIL DOS ALUNOS

Conforme informado pelos pais/responsáveis legais, a idade dos estudantes participantes situava-se entre 13 e 19 anos, em 2017, sendo: dois (2) com 13 anos; cinco (5) com 14 anos; sete (7) com 15 anos; quatro (4) com 16 anos; um (1) com 17 anos; e, um (1) maior de idade, com 19 anos. De acordo com pesquisa elaborada pelo Instituto Unibanco (2014), o maior número de abandono escolar e evasão encontra-se entre 14 e 17 anos.

No estudo aqui apresentado, dezessete (17) dos vinte (20) alunos participantes estavam nessa faixa-etária, o que aponta em direção aos resultados da pesquisa anteriormente mencionada. No entanto, o fato da presente investigação ter sido circunscrita a participantes apenas do ensino fundamental, permite apenas inferir que na escola investigada o maior número de abandono escolar e evasão encontra-se entre 14 e 17 anos.

---

<sup>10</sup> Na descrição dos resultados, em alguns itens, tais como: “com quem o estudante reside”, “responsável legal” e “beneficiário de algum programa do governo” a soma excede a quantidade de 12 questionários devolvidos, pois essas informações foram obtidas na ficha de matrícula desses estudantes.

## 4.2 O PERFIL DAS FAMÍLIAS

Dentre os questionários distribuídos aos vinte (20) pais/ responsáveis legais pelos estudantes do Ensino Fundamental – Anos finais, oito (8) não foram devolvidos, portanto, as respostas oriundas de doze (12) questionários (Apêndice 3) revelaram que em relação:

- à composição familiar dos estudantes, cinco (5) residem com mãe e irmãos, seis (6) moram com a mãe, irmãos e pai ou padrasto e um (1) reside com os avós. Com base na ficha de matrícula dos estudantes, pode-se constatar que mais dois (2) estudantes residem com a mãe e irmãos e um (1) mora com mãe, irmãos e pai ou padrasto. A devolução parcial dos questionários e a não resposta dos responsáveis a todas as perguntas, implicou na impossibilidade de obter esta resposta para todos os estudantes. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – divulgada pelo IBGE (2016), o fato do adolescente ou jovem morar com a mãe ou com a mãe e o pai, tem relação com o nível de escolaridade dos filhos.

- ao número de filhos de cada família, dos doze questionários respondidos pelos pais ou responsáveis, apenas onze (11) responderam sobre o número de filhos de cada família, informando serem: três famílias com 3 filhos; quatro famílias com 4 filhos; uma família com 5 filhos; uma família com 6 filhos; uma família com 7 filhos e uma família com 8 filhos. No entanto, segundo publicação do IBGE (2017) sobre Séries e Estatísticas, a média de filhos por famílias brasileiras é de 1,6, sendo consideradas famílias numerosas aquelas que possuem três (3) ou mais filhos.

Pesquisa de Doutorado em Educação na UFMG (GLÓRIA, 2005), já assinalava que “O tamanho da família se constitui em uma dimensão sócio demográfica cuja influência na escolarização já foi devidamente estabelecida por toda uma literatura sociológica e demográfica com a constatação de que quanto menor o número de filhos, maiores são os benefícios à escolarização de cada um deles”. Resultados que há mais de uma década trouxeram evidências de que no Brasil, quanto menor o número de filhos, maior é a possibilidade de um grau de escolaridade mais elevado.

O fato das famílias dos estudantes participantes poderem ser consideradas numerosas, sinaliza para a necessidade de os governos deterem-se atentamente no estudo desta relação encontrada na pesquisa de Glória (2005), entre maior número

de filhos e menor possibilidade de oferecer a eles condições para uma maior escolarização.

#### 4.3 O PERFIL DOS RESPONSÁVEIS

Sobre quem na estrutura familiar assume a responsabilidade legal pelo estudante, de acordo com os doze (12) questionários devolvidos, cinco (5) respostas apontaram a mãe; seis (6) apontaram para a responsabilidade da mãe dividida também com o pai; e foi apontado que um menor reside apenas com os avós (1). Tal informação, para aqueles oito (8) alunos que não devolveram o questionário a ser preenchido pelos pais, foram buscadas em sua ficha de matrícula, obtendo-se o seguinte: sete (7) tem a mãe como responsável legal e um (1) o pai responde legalmente pelo menor.

No entanto, sabe-se da observação diária na escola que quem comparece à escola para resolver problemas relacionados ao ensino/aprendizagem, questões de indisciplina, faltas... na grande maioria das vezes, são mulheres que se declaram mães/responsáveis legais, sem seus respectivos companheiros. No entanto, ao serem contabilizadas as respostas sobre quem atende aos chamados da escola, de todos os estudantes, obteve-se:

- mãe - 10 em 20;
- pai e/ou mãe – 9 em 20 e
- avós – 1 em 20.

Sobre a escolaridade dos pais ou responsáveis, as mulheres responsáveis pelos estudantes participantes que se colocaram como mães tinham a seguinte escolaridade: Ensino Fundamental (3); Ensino Médio (3); Ensino Superior (1). A responsável que se declarou avó, revelou ter cursado o Ensino Médio. Na escolaridade dos homens responsáveis que se colocaram como pais encontrou-se: Ensino Fundamental (2); Ensino Médio (3); Ensino Superior (2). O avô que se declarou como responsável cursou apenas o Ensino Fundamental.

#### 4.4 A RELAÇÃO ENTRE RENDA FAMILIAR E ESCOLARIZAÇÃO

Dados coletados por ocasião do PNAD (2014) e divulgados pelo IBGE (2014), apontam que quanto maior for a escolaridade dos pais, maior também será a escolarização dos filhos e conseqüentemente a renda deles. Entre os doze (12) responsáveis que preencheram o questionário, quatro (4) não responderam à pergunta sobre a renda familiar (faixas salariais adaptadas das encontradas no IBGE, 2017), os outros declararam que a família recebe mensalmente as seguintes quantias: até R\$ 1.244,00 (4); de R\$ 1.245,00 a R\$ 1.989,00 (1); de R\$ 1.990,00 a R\$ 2.849,00 (2) e de R\$ 4.548,00 a R\$ 8.574,00 (1).

O Instituto Unibanco (2014), em estudo intitulado “Quem são os jovens que estão fora da escola”, concluiu que quando a renda mensal familiar aumenta o nível de escolaridade também é mais alto, e que a maioria dos adolescentes e jovens que concluem o Ensino Fundamental, mas não cursam o Ensino Médio, pertencem a famílias cuja renda média por morador em domicílio não ultrapassa R\$ 524,00.

A relação entre renda familiar e desempenho escolar dos filhos também tem sido demonstrada, revelando que pais que possuem melhores condições financeiras, geralmente, dão aos filhos mais acesso à cultura e maiores estímulos intelectuais, sem a necessidade dos filhos integrarem precocemente o mercado de trabalho (IBGE, 2014). Dos estudantes que participaram desta pesquisa, apenas um (1) declarou trabalhar para ajudar a compor a renda familiar. Na resposta a esta pergunta no questionário dos responsáveis, esta condição também foi apontada, mas, com a ressalva de que tal fato não interfere na frequência ou no rendimento escolar do estudante.

#### 4.5 OS BENEFICIÁRIOS DOS PROGRAMAS DO GOVERNO

A resposta em relação aos benefícios que as famílias recebem do governo, com base nos questionários devolvidos, os responsáveis apontaram que: três (3) recebem Bolsa Família, cinco (5) não recebem nenhum benefício do governo, duas (2) não quiseram informar, uma (1) família declarou receber leite e uma (1) outra

família colocou que recebe a Bolsa Família e também leite. Com base na listagem que a escola recebe identificando quais são as famílias que recebem Bolsa Família foi possível saber que dos questionários destinados aos pais ou responsáveis que não foram devolvidos, seis (6) famílias recebem a Bolsa Família e as outras duas (2) não recebem nenhum benefício.

De acordo com o *site* da Caixa Econômica Federal, o Programa Bolsa Família tem como um dos seus objetivos “Promover o acesso à rede de serviços públicos, com particular atenção para a saúde, educação, segurança alimentar e assistência social”. Porém, na escola analisada, observou-se que o fato de algumas famílias receberem este benefício do governo não é garantia de que os filhos frequentem regularmente as aulas. A condicionalidade do acesso ao Programa Bolsa Família à frequência escolar tem sido tema de um amplo debate no Brasil.

A seguir são apresentados os dados obtidos das respostas dos estudantes ao instrumento de pesquisa.

#### 4.6 AS RAZÕES DA NÃO PRESENÇA

O principal motivo de faltas apontado pelos estudantes no questionário a eles destinado, foi o tratamento de doenças e de atenção a saúde. Nele, apareceram onze (11) indicações de dor de cabeça, gripe, cólicas, enjoos.... No entanto, os estudantes que relataram faltar devido a tratamento de saúde, não apresentaram parecer ou atestado médico para justificar a quantidade significativa de faltas.

Em segundo lugar, vieram as demandas familiares, sendo a necessidade de cuidar de algum familiar (idoso, criança, pessoa com deficiência...) assinalada por oito (8) dos estudantes. O terceiro motivo foi o desinteresse pela escola (5). Seguido pela existência de algum tipo de tensão/conflito na relação professor-aluno (4) e por outros motivos relacionados à saúde (4). Causas familiares, como separação dos pais, outras questões sociais, educacionais e/ou familiares também foram assinaladas, mas não especificaram quais. A dificuldade de deslocamento do (a) estudante à escola, devido, por exemplo, a grande distância entre a residência e a escola – também foi marcada (3). A defasagem série/idade, outras formas de tensões/conflitos de relacionamento

pessoal que interferem no rendimento escolar envolvendo familiares, colegas, funcionários, entre outras pessoas e dificuldade para acordar cedo foi outra variedade apontada (2).

Os diversos motivos assinalados apenas uma (1) vez foram: doença crônica (persiste por período superior a seis meses e não se resolve em um curto espaço de tempo. Exemplos: diabetes, hipertensão, asma, doenças autoimunes dentre outras); repetência; rendimento insuficiente em alguma(s) disciplina(s); sofrer de algum tipo de constrangimento ou alguma ameaça à sua integridade moral, física, psicológica; nascimento de filho; violência na área onde mora; inexistência de pessoa para levar à escola ou outro motivo que impede o deslocamento do (a) estudante a escola, sem ser especificado qual; trabalho informal; afazeres domésticos; preguiça e não gostar de ir ao colégio; assédio sexual; e, doença de algum familiar.

As outras opções de resposta existentes, mas, não assinaladas por nenhum dos estudantes foram: uso de substância ilegais (drogas); não possuir as condições materiais necessárias à sua participação nas aulas (uniforme, cadernos, lápis, caneta...); casamento do (a) aluno (a); falta de transporte; realizar trabalho formal (a partir de 16 anos): Menor aprendiz.

A análise das razões do absenteísmo escolar é bastante complexa como já mencionado no Relatório de Monitoramento da EPT (UNESCO, 2017). Ao que parece as leis precisam ser acompanhadas de uma estrutura de apoio para sua prevenção.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abandono escolar é uma preocupação frequente para os gestores de escolas públicas e demais profissionais da educação. Mesmo existindo trabalhos desenvolvidos por diversos órgãos (Conselho Tutelar, CREAS, CRAS), bem como leis que garantem o direito e afirmam a obrigatoriedade da criança e do adolescente dos 4 aos 17 anos estar matriculado na escola, para que o estudante permaneça na escola, é muito comum que não se consiga êxito nesta tarefa.

Este estudo que teve como objetivo identificar fatores externos que podem levar ao abandono escolar, por meio de um estudo de caso desenvolvido em uma escola estadual do município de Almirante Tamandaré, região metropolitana da área norte de Curitiba, capital do Paraná, contou com a participação de vinte (20) estudantes e doze (12) pais ou responsáveis legais por estes estudantes.

Ao apreciar as respostas dos estudantes ao questionário especificamente a eles destinado, pode-se identificar as duas maiores causas de sua baixa frequência, sendo elas:

- . saúde com a queixa de sintomas, tais como: dor de cabeça, cólicas, gripe, enjoo; embora raras vezes tais justificativas tenham sido acompanhadas de atestados médicos;

- . necessidade de cuidar de familiares (idoso, criança, pessoa com deficiência...).

Entende-se que o fato de alguns estudantes precisarem cuidar de familiares, e com isto ficarem impedidos de atender à exigência de frequência escolar, pode ser caracterizado como trabalho infantil, pois, não cabe a menores a responsabilidade por esta tarefa, porém isto parece não ser conhecido ou valorizado no contexto estudado. De acordo com o ECA, a tarefa de menores seria apenas estudar, e se por algum motivo eles forem impedidos de frequentar regularmente a escola, seus pais ou responsáveis podem ser penalizados legalmente por abandono intelectual, com detenção de quinze dias a um mês ou multa, segundo Código Penal, no artigo 246. No entanto, as condições necessárias a superação desta dificuldade apresentada,

principalmente nas famílias de baixa renda, parece não receber a devida atenção dos órgãos de proteção ao menor.

Das respostas dos responsáveis legais pelos estudantes participantes, foi possível detectar que, nas famílias em que os responsáveis não concluíram os estudos, há uma aceitação tácita para que os filhos também interrompam a trajetória educacional. Parece que tanto pais quanto responsáveis legais ainda precisam compreender a necessidade de priorizar a escola na vida de uma criança e adolescente tendo em vista seu desenvolvimento intelectual, tanto afetivo quanto cognitivo, no processo de formação humana.

Como exemplos dessa tendência familiar, pode-se citar casos existentes na escola campo deste estudo, em que três irmãos de uma das famílias investigadas abandonaram os estudos e dois deles chegaram a evadir, o que sugere a possibilidade de existirem famílias que tendem a aceitar o abandono escolar. São situações multifatoriais que precisam ser melhor compreendidas. Nesta mesma direção, observou-se também o abandono escolar de dois outros estudantes, de outras famílias investigadas, por três anos consecutivos. Suas matrículas eram realizadas no início de cada um dos três anos letivos e suas frequências, ainda no primeiro trimestre, eram interrompidas. Casos como estes reforçam a relevância deste trabalho ao focar os fatores externos no estudo sobre o abandono escolar.

Na direção de reforçar a importância de se valorizar a compreensão do absenteísmo, como uma das condições para prevenir o abandono escolar, algumas memórias do tempo em que a pesquisadora fora membro da Rede de Proteção ainda se mantém vivas e a opção por fazer este relato de frases ouvidas, talvez instigue outros à continuidade de estudos com esta temática. São trechos extraídos de conversas com os pais ou responsáveis legais pelos menores, na própria escola ou em reuniões dos mesmos com o Conselho Tutelar. Nelas, o que sempre surpreendera a pesquisadora fora o fato de que muitos pais/responsáveis legais apresentavam argumentos insuficientes para justificar a infrequência dos estudantes sob sua responsabilidade à escola, demonstrando falta de autoridade com os filhos em frases, tais como: “Ele (a) não me obedece, pois digo para ir à escola”, “Ele (a) disse que não vai mais estudar, e não adianta eu obrigá-lo (a)”.

Ou ainda, em frases como as seguintes, que expressam claramente a não prioridade que davam à educação escolar das crianças e adolescentes sob a sua guarda: “Há coisas mais importantes que o município deve se preocupar”, “Meus outros filhos pararam de estudar há anos e porque só agora estão cobrando que os demais estudem?”. Aparentemente, muitos genitores ou responsáveis legais pareciam não temer as consequências previstas em lei pelo fato dos filhos não estarem estudando, mesmo aqueles que recebiam algum benefício do governo, cujo critério era a frequência escolar do menor.

Tais relatos reforçavam a suposição de que fatores externos à escola, tais como, número de filhos e condições sócio-econômicas contribuía de maneira efetiva para o abandono escolar. Do cruzamento entre o encontrado na literatura a que se teve acesso e das respostas dadas aos questionários respondidos pelos pais ou responsáveis legais matriculados na escola campo de pesquisa, entende-se ser possível afirmar a existência da relação encontrada entre por exemplo número de filhos e renda familiar e a possibilidade de os estudantes abandonarem a escola frequentada. Nesta direção, tendo como base os critérios apontados pelo IBGE (2017) assinalam-se os seguintes indícios encontrados ao se buscar causas externas que expliquem o abandono escolar. São elas:

- as famílias dos estudantes participantes serem, em quase sua totalidade, consideradas numerosas, condição em que a possibilidade de oferecer uma maior escolarização aos filhos diminui;

- o baixo nível da escolaridade da maioria dos pais ou responsáveis pelos estudantes, embora tenda a implicar na menor valorização da escolarização e interferir em sua frequência e conseqüente permanência na escola, nem sempre é o que ocorre. Diferentes estudos mais recentes (BRUEL, 2014) têm questionado a máxima de que “quanto menor o nível de instrução dos pais, mais baixo também será a dos seus filhos”;

- a baixa renda das famílias dos estudantes participantes parece estar diretamente vinculada à garantia de condições de frequência e conseqüente permanência na escola para a elevação do nível de instrução dos filhos. A luta pela sobrevivência e as difíceis condições de subsistência parecem afastar as famílias da escola e contribuir para o abandono escolar.

A valorização dos estudos como processo de humanização, passa pela superação das necessidades de garantir a subsistência. Embora a renda familiar identificada na família dos estudantes participantes seja muito baixa, a relação entre nível de escolaridade e a possibilidade de obtenção de melhores salários é algo que nem sempre tem sido possível perceber por seus pais e responsáveis.

Ao final deste estudo, o fato da Secretaria Municipal de Educação de Almirante Tamandaré (2017), chamar a atenção para o fato de que aproximadamente 1500 estudantes da educação básica e obrigatória, entre 4 e 17 anos, deixaram os estudos, em si só já é um alerta para a relevância de estudos sobre o abandono escolar. Tal relevância torna-se ainda maior quando acompanhada de outra, ou seja, da informação dada também por uma integrante da Secretaria Municipal de Educação de Almirante Tamandaré<sup>11</sup> (2017), de que 128 jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, foram mortos no município e que 98 dentre eles, não concluíram o ensino fundamental.

Segundo relatório da UNICEF (2012), o abandono escolar pode ser um caminho direto para a vida do crime, pois o estudo apontou que 70% dos jovens brasileiros entre 14 e 19 anos que estão fora da escola há pelo menos dois anos, haviam sido vítimas ou autores de homicídios. Por outro lado, o mesmo estudo apontou que a cada 1% de investimento na educação, a criminalidade cai 0,1%.

O relatório de Monitoramento Global da Educação 2017/8, além de apontar para relações entre o absenteísmo e o envolvimento com a justiça, destaca que o fato de haver previsão de penas para os pais/ responsáveis tendo em vista a redução do absenteísmo, tais penalidades “afetam de maneira desproporcional as famílias de renda baixa e as mulheres que lideram a maioria das famílias monoparentais”. (BRASÍLIA:UNESCO, 2017, p.29)

---

<sup>11</sup> Informação disponibilizada por uma integrante da Secretaria de Educação de Almirante Tamandaré na reunião realizada em 02 de out 2017 pelo Conselho Tutelar aos pais de alunos que abandonaram os estudos em 2017.

Foi tendo como pano de fundo informações como as até aqui expostas, que optou-se por focar o tema sobre o abandono escolar, realizando estudo em escola de Almirante Tamandaré. Tal município, como demonstrado na Introdução deste trabalho, ao manter-se entre os primeiros colocados no que se refere às taxas de abandono escolar, tem o imenso desafio de estabelecer propostas conjuntas para as escolas municipais e estaduais, para que as secretarias de educação do município e do Estado do Paraná; o Conselho Tutelar e o Ministério Público promovam ações articuladas tendo em vista rever as ações até aqui desenvolvidas de forma desintegrada por estes equipamentos. O desafio é para só então traçar novas metas de combate ao abandono escolar a fim de efetivar e garantir a permanência do educando na escola.

Das informações coletadas nesta pesquisa, pode-se perceber que identificar fatores externos que podem favorecer a permanência do aluno na escola, passa necessariamente por um vínculo muito maior da escola com a família dos estudantes. Acolher não somente os estudantes, mas, suas famílias, valorizando seus conhecimentos e suas práticas socioculturais em relação com o conhecimento que cabe a escola divulgar, mostra-se como um dos grandes desafios da pesquisa sobre abandono escolar. O apoio e participação efetiva das famílias na vida escolar de seus filhos, pressupõe o estabelecimento de uma parceria efetiva com os familiares dos estudantes para que eles venham a perceber a escola como um bem social conquistado historicamente e a educação escolar como um direito seu e de seus filhos.

Neste sentido, parece ser imprescindível que a instituição escolar desenvolva um trabalho efetivo de valorização do espaço educacional e que tenha as famílias como seus principais parceiros, na árdua tarefa de não só identificar, mas buscar alternativas de superação para os fatores que podem tirar o menor da escola.

Várias serão as contribuições e reflexões futuras que poderão advir desta pequena tentativa de explicitar fatores externos à escola que possam iluminar estudos sobre o abandono escolar. Entre as possibilidades de continuidade deste estudo, entende-se que analisar relações entre a criminalidade de menores com idade cada vez mais baixa e o abandono escolar, não desvinculando fatores internos e externos a escola, pode ser um caminho.

## REFERÊNCIAS

AGORA, Adriana Ferraz do. **Preguiça e drogas lideram a evasão escolar**. São Paulo. Disponível em: <[http://www.udemo.org.br/2011/Leituras11\\_0109\\_Preguica-e-drogas-lideram-a-evasao-escolar.html](http://www.udemo.org.br/2011/Leituras11_0109_Preguica-e-drogas-lideram-a-evasao-escolar.html)>. Acesso em 05 jan 2018.

BRUEL, Ana Lorena. Diálogos entre política educacional e sociologia: algumas reflexões sobre desigualdades sociais e educacionais. In: SILVEIRA, Adriana Dragone; GOUVEIA, Andréa Barbosa; Souza, Ângelo Ricardo de. **Conversas sobre políticas educacionais**. Curitiba: Appris, 2014. p. 143 – 166.

AZANHA, José Ribeiro Pires. **Situação atual do ensino de 1º grau: pequeno exemplário de desacertos**. Rio de Janeiro: Dois Pontos. 1993.

BRANDÃO, Zaia. et al. **Evasão e repetência: a escola em questão**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. In: Vade mecum penal e processual penal. 3 ed. Niterói: Impetus, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/seesp/arquivos> >. Acesso em: 19 de fev. de 2017.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo escolar da educação básica 2012 – resumo técnico**. Brasília: Inep, 2013. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/cesnso\\_escolar/resumos\\_tecnicos/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_basica\\_2012.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/cesnso_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf)> Acesso em: 01 de fev. 2016

BRASIL. **Novo programa pretende combater a evasão e levar 1,6 milhão de jovens de volta às salas de aula**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/35981-novo-programa-pretende-comter-evasao-e-levar-1-6-milhao-de-jovens-de-volta-as-salas-de-aula>>. Acesso em 24 de jan 2018.

BRASÍLIA:UNESCO. **Relatório de Monitoramento Global da Educação – Resumo 2017-8.** Disponível em: [HTTP://UNESCO.org/open-access/terms-use-ccbysa-en](http://UNESCO.org/open-access/terms-use-ccbysa-en). Acesso em 18 de jan 2018.

BORGES, P. **Número de jovens de 15 a 17 anos fora da escola aumentou.** Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/>. Acesso em 22 de fev. de 2017

BURIGO, Elizete Regina. **A Evasão Escolar nas turmas de 8° e 9° anos do Ensino Fundamental do Colégio Novo Horizonte no município de Toledo- PR: no ano letivo de 2013: causas, consequências e possibilidades de intervenção.** Paraná: 2014.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Bolsa família.** Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>. Acesso em 24 out 2017.

CARVALHO, Marilei Bressani; MATSUMOTO, Leopoldo Sussumu. **Gravidez na adolescência e a evasão escolar.** Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1868-8.pdf> Acesso em 10 fev. 2016.

COMEC. **Municípios da RMC.** Disponível em: <http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=89#>. Acesso em 05 jan 2018.

DIA A DIA EDUCAÇÃO. **Rede de Proteção.** Disponível em: [www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1429](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1429). Acesso em 24 jan 2018.

FERNANDES, Reynaldo. **Ensino Médio: Como aumentar a atratividade e evitar a evasão.** São Paulo: Instituto Unibanco, 2010.

GLÓRIA, Dília Maria Andrade. **O tamanho da família como fator sociodemográfico a interferir na escolarização dos filhos.** MG: 2008.

GOLDEMBERG, José. **O Repensar da educação no Brasil.** São Paulo, mai/ago de 1993, estudos avançados – USP, V. 7, n. 8, p. 65-137.

GRUBITS, Sonia. **A Construção da Identidade Infantil: A Sociopsicomotricidade Ramain – Thiers e a Ampliação do Espaço Terapêutico.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries e estatísticas.** Disponível em: [http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista\\_tema.aspx?op=2&no=9](http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=2&no=9). Acesso em 22 de fev. de 2017.

\_\_\_\_\_. **Divisão Territorial do Brasil.** Disponível em: [https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default\\_evolucao.shtm](https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_evolucao.shtm). Acesso em 10 de jan. de 2018.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (Ipea). **Atlas da violência 2017.** Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <[http://ipea.gov.br/portal/images/170609\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2017.pdf](http://ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf)>. Acesso em 05 jan 2018.

INSTITUTO UNIBANCO. **Aprendizagem em foco.** Disponível em: <http://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/5/>. Acesso em 25 de fev. de 2017. (Quem são os jovens fora da escola. Instituto Unibanco)

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

LOPEZ, F. L.; MENEZES, N. A. **Reprovação, Avanço e Evasão Escolar no Brasil.** Pesquisa e Planejamento Econômico, n. 32, 2002.

MELLO, Guimar Nano de. **Cidadania e Competitividade: Desafios Educacionais do Terceiro Milênio.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MERGULHÃO, Alfredo. **Escolaridade e renda dos pais influenciam carreira dos filhos, diz IBGE.** Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2016/11/16/escolaridade-dos-pais-influencia-sucesso-profissional-dos-filhos-diz-ibge.htm>>. Acesso em 24 out 2017.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Desenvolvimento Educacional. Diretoria de Informação e Planejamento. Coordenação de Informações Educacionais. **Resultado do Censo Escolar.** Matrícula Inicial. Série histórica. Paraná 2000-2013. Disponível em: <[http://www.gestaoescolar.diaaida.pr.gov.br/arquivos/File/censo/serie\\_historica2013.pdf](http://www.gestaoescolar.diaaida.pr.gov.br/arquivos/File/censo/serie_historica2013.pdf)> Acesso em 19 fev. 2017.

PINHEIRO, V.S. **Repensando a maternidade na adolescência**. Estud. psicol. (Natal) vol.5 no.1, p.6, Natal Jan./Jun 2000.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Índice de Desenvolvimento Humano**: 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3703>. Acesso em: 03 fev. de 2016.

Programa Fica Comigo: **Enfrentamento à Evasão Escolar / PARANÁ**. Secretaria de Estado da Educação. Curitiba: SEED-PR, 2009.

PROGRAMA DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR. Curitiba. 2013. Disponível em:  
[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/combate\\_abandono\\_escolar/programa\\_combate\\_abandono\\_escolar.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/combate_abandono_escolar/programa_combate_abandono_escolar.pdf). Acesso em 19 fev. de 2017.

SANTOS, Elaine Janaina Souza dos. **A Evasão Escolar no Ensino Fundamental nas Escolas Públicas do Município do Rio de Janeiro**: Aspectos Econômicos e Sociais. 2001. 46 f. Monografia (Especialização em Docência do Ensino Fundamental e Médio) – Setor de Planejamento e Desenvolvimento, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2001.

SANTOS, D., BARROS, R. P. de, MENDONÇA, R., QUINTAES, G. **Determinantes do desempenho educacional do Brasil**. Texto apresentado no Encontro da Anpec, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **O Trabalho como Princípio Educativo Frente às Novas Tecnologias**. In: FERRETTI, Celso João et al; orgs. Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (SESP/PR). **Relatório estatístico criminal quantitativo de vítimas de crimes relativos à morte janeiro a dezembro de 2016: Paraná segundo municípios e Curitiba segundo bairros**. Curitiba, 2017.

SILVEIRA, Daniel. **Nível de escolaridade dos pais influencia rendimento dos filhos**. Rio de Janeiro. Disponível em:  
<<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/11/nivel-de-escolaridade-dos-pais-influencia-rendimento-dos-filhos.html>>. Acesso em 24 out 2017.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Glossário.** Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/>>. Acesso em 27 maio 2017.

\_\_\_\_\_. **Indicadores.** Disponível em: <[http://www.todospelaeducacao.org.br/indicadores-da-educacao/5-metas?task=indicador\\_educacao&id\\_indicador=9#filtros](http://www.todospelaeducacao.org.br/indicadores-da-educacao/5-metas?task=indicador_educacao&id_indicador=9#filtros)>. Acesso em 14 nov 2016.

UNICEF. **Todas as crianças na escola em 2015:** Iniciativa Global Pelas Crianças Fora da Escola. Brasília: UNICEF, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **Dados do IBGE – Queda substancial no tamanho das famílias brasileiras.** Santa Catarina. Disponível em: <<http://labsfac.ufsc.br/2016/05/23/dados-do-ibge-queda-substancial-no-tamanho-das-familias-brasileiras/>>. Acesso em 26 out 2017.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Construção do conhecimento em sala de aula.** Cadernos Pedagógicos do Libertad, 2; 3. ed. São Paulo: Libertad, 1995.

ZAGURY, Tania. Encurtando a adolescência. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

## APÊNDICE 1

### QUESTIONÁRIO AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS

**IMPORTANTE:** As informações relatadas neste documento serão utilizadas como levantamento de dados sobre o estudo das causas do abandono escolar. O estudante juntamente com a família não devem ser identificados.

As perguntas a seguir devem ser respondidas pelo responsável do (a) estudante.

#### 1 - Perfil do (a) estudante e da família:

a) Idade do aluno (a): \_\_\_\_\_

b) Série que está cursando: \_\_\_\_\_

c) O (a) estudante mora com quem?

<input type="checkbox"/> pais	<input type="checkbox"/> mãe	<input type="checkbox"/> pai
<input type="checkbox"/> irmão (s)	<input type="checkbox"/> avós	<input type="checkbox"/> avó
<input type="checkbox"/> avô	<input type="checkbox"/> madrasta	<input type="checkbox"/> padrasto

Outro parente. Qual? \_\_\_\_\_

d) Quem se responsabiliza legalmente pelo (a) aluno (a)?

<input type="checkbox"/> pais	<input type="checkbox"/> mãe	<input type="checkbox"/> pai
<input type="checkbox"/> irmão (s)	<input type="checkbox"/> avós	<input type="checkbox"/> avó
<input type="checkbox"/> avô	<input type="checkbox"/> madrasta	<input type="checkbox"/> padrasto

Outro parente. Qual? \_\_\_\_\_

e) Quem atende às convocações da escola para tratar de assuntos relativos ao (a) aluno (a)?

<input type="checkbox"/> pais	<input type="checkbox"/> mãe	<input type="checkbox"/> pai
<input type="checkbox"/> irmão (s)	<input type="checkbox"/> avós	<input type="checkbox"/> avó

avô                                       madrasta                                       padrasto

Outro parente. Qual? \_\_\_\_\_

f) Qual a escolaridade dos pais do (a) estudante?

Mãe:  Ensino Fundamental       Ensino Médio       Ensino Superior

Pai:  Ensino Fundamental       Ensino Médio       Ensino Superior

Outro responsável. Grau de parentesco: \_\_\_\_\_

Ensino Fundamental       Ensino Médio       Ensino Superior

g) Renda familiar por mês:

até R\$ 1.244,00.

de R\$ 1.245,00 a R\$ 1.989,00.

de R\$ 1.990,00 a R\$ 2.849,00.

de R\$ 2.850,00 a R\$ 4.547,00.

de R\$ 4.548,00 a R\$ 8.574,00.

acima de R\$ 8.575,00.

h) O (a) aluno (a) contribui para compor a renda familiar mensal? Como isto interfere na frequência ou no rendimento escolar do (a) estudante?

---



---



---



---

i) A família recebe algum benefício do governo? Qual (is)?

Bolsa Família       Programa Leite das Crianças       Vale Gás

Outro benefício. Qual (quais)? \_\_\_\_\_

---

## APÊNDICE 2

### QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS

**IMPORTANTE:** As informações relatadas neste documento serão utilizadas como levantamento de dados sobre o estudo das causas do abandono escolar. O estudante juntamente com a família não devem ser identificados.

As perguntas a seguir devem ser respondidas pelo (a) estudante.

#### **1 - Motivos que levaram o (a) estudante a abandonar os estudos no (s) ano (s) anterior (es):**

Assinale quantas opções julgar necessário:

#### **A – Tratamento de doença e de atenção à saúde do (a) estudante e/ou família**

##### **Apresentou faltas devido a:**

( ) Doença crônica (doença que persiste por período superior a seis meses e não se resolve em um curto espaço de tempo. Exemplos: diabetes, hipertensão, asma, doenças autoimunes etc.

( ) Costuma faltar em razão de doenças/sintomas (dor de cabeça, gripe, cólicas, enjoos...).

( ) Gravidez ou nascimento de um filho.

( ) Uso de substância ilegais (drogas).

( ) Outro motivo relacionado a saúde. Qual? \_\_\_\_\_

#### **B – Questões sociais, educacionais e/ou familiares**

**Deixou de frequentar as aulas devido:**

( ) Os pais ou responsáveis desconhecerem as faltas do menor.

( ) Defasagem série/idade.

( ) Indisciplina.

( ) Repetência.

( ) Desinteresse.

( ) Necessidade de cuidar de familiares (idoso, criança, pessoa com deficiência...).

( ) Não possuir as condições materiais necessárias à sua participação nas aulas, tais como não possuir uniforme, cadernos, lápis, caneta... Qual (is) material (is) não possui? \_\_\_\_\_

( ) Apresentar rendimento insuficiente em alguma(s) disciplina(s). Qual(is) disciplina(s)?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

( ) Existir algum tipo de tensão/conflito na relação professor-aluno.

( ) Existem outras formas de tensões/conflitos de relacionamento pessoal que interferem no rendimento escolar tais como: com familiares, colegas, funcionários, entre outros. Qual (is)? \_\_\_\_\_

Em que espaços isso ocorre além da escola?

\_\_\_\_\_

( ) Estar sofrendo algum tipo de constrangimento ou alguma ameaça à sua integridade moral, física, psicológica. Qual (is) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

( ) Separação dos pais.

( ) Casamento do (a) aluno (a).

( ) Outro motivo relacionado a questão social, educacional ou familiar. Qual?

---

---

**C – Fatos que impedem o deslocamento do (a) estudante a escola**

**Deixou os estudos por:**

( ) Falta de transporte.

( ) Violência na área onde mora.

( ) Inexistência de pessoa para levar à escola.

( ) Grande distância entre a residência e a escola.

( ) Outro motivo relacionado ao deslocamento. Qual?

---

**D – Trabalho**

**Deixou de frequentar a escola devido:**

( ) Realizar trabalho formal (a partir de 16 anos): Menor aprendiz.

( ) Trabalho informal.

**E – Há outro (s) motivo (s) não citado (s) no questionário? Qual (is)?**

---

---

---

---

### APÊNDICE 3

#### DADOS TABULADOS DOS QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS PELOS PAIS/ RESPONSÁVEIS LEGAIS DOS ESTUDANTES

ESTUDANTE	IDADE	SÉRIE	COM QUEM MORA	NÚMERO DE IRMÃOS	RESPONSÁVEL LEGAL	QUEM COMPARECE A ESCOLA	ESCOLARIDADE DOS PAIS	RENDA FAMILIAR	ESTUDANTE TRABALHA	BENEFÍCIO
1	19 anos	9º ano	Pai, mãe e irmãos	Não informou	Mãe	Mãe	Não informou	Até R\$ 1.244,00	Não	Bolsa família
2	15 anos	9º ano	Pai, mãe e irmãos	4	Pai e mãe	Pai e mãe	Mãe: E. M Pai: E. F	Até R\$ 1.244,00	Sim	Não recebe
3	16 anos	9º ano	Mãe	3 irmãos	Mãe	Mãe	Mãe: E. F Pai: E. M	Até R\$ 1.244,00	Não	Bolsa família
4 *	14 anos	8º ano	-----	4	Mãe	Mãe	-----	-----	Não	Não
5 *	15 anos	9º ano	Mãe e irmãos	4	Mãe	Mãe	-----	-----	Não	Sim
6 *	16 anos	9º ano	Mãe e irmãos	-----	Mãe	Mãe	-----	-----	Não	Sim
7	15 anos	9º ano	Mãe e irmãos	3	Mãe	Mãe e pai	Mãe: E. M Pai: E. M	De R\$ 1.999,00 a R\$ 2.849,00	Não	Não
8 *	16 anos	1º ano	-----	-----	mãe	mãe	-----	-----	Não	não

ESTUDANTE	IDADE	SÉRIE	COM QUEM MORA	NÚMERO DE IRMÃOS	RESPONSÁVEL LEGAL	QUEM COMPARECE A ESCOLA	ESCOLARIDADE DOS PAIS	RENDA FAMILIAR	ESTUDANTE TRABALHA	BENEFÍCIO
9	15 anos	6º ano	Avós	6	Avós	Avó	Mãe: E. M Pai: E. S Avó: E. M	Não informou	Não	Não
10	14 anos	8º ano	Pais	2	Pais	Pais	Mãe: E. M Pai: E. S	De R\$ 1.245,00 a R\$ 1.989,00	Não informou	Não informou
11 *	14 anos	8º ano	-----	-----	Mãe	Mãe	-----	-----	----	Bolsa família
12	14 anos	9º ano	Pais	2	Pais	Pais	Mãe: E. S. Pai: E. M	De R\$ 4.548,00 a R\$ 8.574,00	Não	Não
13 *	15 anos	9º ano	Mãe, irmãos e padrasto	-----	Mãe	Mãe	-----	-----	----	Bolsa família
14	17 anos	1º ano E. M	Mãe e irmão	3	Pais	Pais	Mãe: E. F Pai: E.S	Não informou	Não	Não
15	16 anos	2º ano E. M	Pais	3	Pais	Pais	Mãe: E. F Pai: E. F	De R\$ 1.999,00 a R\$ 2.849,00	Não	Programa Leite das crianças
16	13 anos	6º ano	Pais	7	Pais	Pais	Não informou	Não informou	Não	Programa Leite das crianças e Bolsa família
17 *	15 anos	7º ano	-----	-----	Mãe	-----	Mãe: E. F. Pai: E. F	-----	---	Bolsa família

ESTUDANTE	IDADE	SÉRIE	COM QUEM MORA	NÚMERO DE IRMÃOS	RESPONSÁVEL LEGAL	QUEM COMPARECE A ESCOLA	ESCOLARIDADE DOS PAIS	RENDA FAMILIAR	ESTUDANTE TRABALHA	BENEFÍCIO
18 *	14 anos	7º ano	-----	-----	Pai	Pais	Mãe: E. F Pai: E.F	-----	----	Bolsa família
19	15 anos	9º ano	Mãe	5	Mãe	Mãe	Não informou	Até R\$ 900,00	Não	Não informou
20	13 anos	7º ano	Mãe e irmãs	2	Mãe	Mãe	Não informou	Não	Não	Bolsa família

Os alunos marcados com \* não entregaram o questionário respondido pelo responsável, então buscou-se informações disponíveis na ficha de matrícula para preencher a planilha acima. As questões que não foram possíveis obter através da ficha de matrícula foram marcadas com “-----”.

Estudante de número 11 abandonou os estudos no 1º trimestre, não respondendo ao questionário destinado aos alunos.

Ao verificar que o (a) aluno (a) não estava frequentando as aulas, o setor pedagógico entrou em contato telefônico com a família para verificar os motivos da infrequência e solicitou o comparecimento dos responsáveis a escola com a finalidade de orientá-los ao retorno imediato do (a) menor às aulas.

Como a família não compareceu à escola nas duas semanas seguintes ao contato telefônico, foi preenchido o Formulário de Notificação Obrigatória de Estudante Ausente do Programa de Combate ao Abandono Escolar e encaminhado ao Conselho Tutelar para que este aplicasse as medidas de proteção à criança ou adolescente e aos responsáveis legais, realizando os encaminhamentos necessários aos demais órgãos competentes.

## APÊNDICE 4

### DADOS TABULADOS: QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS PELOS ALUNOS

	MOTIVOS	QUANTIDADE DE VEZES CITADOS
<b>A – Tratamento de doença e de atenção à saúde do (a) estudante e/ou família.</b>	Doença crônica (doença que persiste por período superior a seis meses e não se resolve em um curto espaço de tempo. Exemplos: diabetes, hipertensão, asma, doenças autoimunes etc.	1
	Costuma faltar em razão de doenças/sintomas (dor de cabeça, gripe, cólicas, enjoos...).	11
	Outro motivo relacionado a saúde.	4
<b>TOTAL</b>		<b>16</b>
<b>B – Questões sociais, educacionais e/ou familiares.</b>	Defasagem série/idade.	2
	Repetência.	1
	Desinteresse.	5
	Necessidade de cuidar de familiares (idoso, criança, pessoa com deficiência...).	8
	Apresentar rendimento insuficiente em alguma(s) disciplina(s).	1
	Existir algum tipo de tensão/conflito na relação professor-aluno.	4
	Existem outras formas de tensões/conflitos de relacionamento pessoal que interferem no rendimento	2

	escolar tais como: com familiares, colegas, funcionários, entre outros.	
	Estar sofrendo algum tipo de constrangimento ou alguma ameaça à sua integridade moral, física, psicológica	1
	Separação dos pais.	3
	Nascimento de filho.	1
	Outros motivos	3
<b>TOTAL</b>		<b>31</b>
	<b>MOTIVOS</b>	<b>QUANTIDADE DE VEZES CITADOS</b>
<b>C – Fatos que impedem o deslocamento do (a) estudante a escola</b>	Violência na área onde mora.	1
	Inexistência de pessoa para levar à escola.	1
	Grande distância entre a residência e a escola.	3
	Outro motivo	1
<b>TOTAL</b>		<b>6</b>
<b>D – Trabalho</b>	Trabalho informal.	1
<b>TOTAL</b>		<b>1</b>
<b>E – outro (s) motivo (s)</b>	Dificuldade para acordar cedo.	<u>2</u>
	Afazeres domésticos	1
	Preguiça e não gostar de ir ao colégio.	1
	Doença de algum familiar	1
	Assédio sexual	1
<b>TOTAL</b>		<b>6</b>

**ANEXO 1 – CIDADES COM MAIS HOMICÍDIOS NA GRANDE CURITIBA**

2017 (1º TRIMESTRE)	
POSIÇÃO	CIDADE
1ª	Curitiba
2ª	Fazenda Rio Grande
3ª	São José dos Pinhais
4ª	Colombo
5ª	Almirante Tamandaré
6ª	Araucária
7ª	Campo Largo
8ª	Pinhais
9ª	Piraquara
10ª	Campina Grande do Sul

FONTE: SESP/PR (2017)

A Região Metropolitana de Curitiba é composta por 29 municípios, com população aproximada de 3,5 milhões de habitantes, segundo dados fornecidos pela COMEC (2018).

## ANEXO 2 – RANKING DAS 30 CIDADES MAIS VIOLENTAS DO BRASIL

POSICÃO	ESTADO	CIDADE
1 <sup>a</sup>	PA	Altamira
2 <sup>a</sup>	BA	Lauro de Freitas
3 <sup>a</sup>	SE	Nossa Senhora do Socorro
4 <sup>a</sup>	MA	São José de Ribamar
5 <sup>a</sup>	BA	Simões Filho
6 <sup>a</sup>	CE	Maracanaú
7 <sup>a</sup>	BA	Teixeira de Freitas
8 <sup>a</sup>	PR	Piraquara
9 <sup>a</sup>	BA	Porto Seguro
10 <sup>a</sup>	PE	Cabo de Santo Agostinho
11 <sup>a</sup>	PA	Marabá
12 <sup>a</sup>	RS	Alvorada
13 <sup>a</sup>	CE	Fortaleza
14 <sup>a</sup>	BA	Barreiras
15 <sup>a</sup>	BA	Camaçari
16 <sup>a</sup>	PA	Marituba
17 <sup>a</sup>	PR	Almirante Tamandaré
18 <sup>a</sup>	BA	Alagoinhas
19 <sup>a</sup>	BA	Eunápolis
20 <sup>a</sup>	GO	Novo Gama
21 <sup>a</sup>	GO	Luziânia
22 <sup>a</sup>	PB	Santa Rita
23 <sup>a</sup>	MA	São Luís
24 <sup>a</sup>	GO	Senador Canedo
25 <sup>a</sup>	PA	Ananindeua
26 <sup>a</sup>	GO	Trindade
27 <sup>a</sup>	CE	Caucaia
28 <sup>a</sup>	PE	Igarassu
29 <sup>a</sup>	ES	Serra
30 <sup>a</sup>	BA	Feira de Santana

FONTE: Ipea (2017)

Segundo o IBGE (2017), o Brasil possui 5570 municípios e a população aproximada de 207,7 milhões de habitantes.

O ranking apresentado pelo Ipea considera a taxa de homicídios mais o número de mortes violentas cuja causas foram indeterminadas, observando a quantidade de mortes para cada 100 mil habitantes.

## ANEXO 3 – FORMULÁRIO DE REGISTRO DA REUNIÃO COM OS PAIS OU RESPONSÁVEIS DO (A) ESTUDANTE AUSENTE

### ANEXO II - FORMULÁRIO DE REGISTRO DA REUNIÃO COM OS PAIS OU RESPONSÁVEIS DO(A) ESTUDANTE AUSENTE

Para ser preenchido pela Equipe Pedagógica na presença dos pais ou responsáveis.

Nome do(a) Estudante: \_\_\_\_\_  
 Ano/Série: \_\_\_\_\_ Turma: \_\_\_\_\_ Turno: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
 Horário: \_\_\_\_\_ Representante da Escola: \_\_\_\_\_  
 Local: Escola ( ) Residência do (a) estudante ( ) Outro: \_\_\_\_\_

Responsáveis legais que compareceram/foram visitados:

\_\_\_\_\_

Motivo da ausência do(a) estudante (Consultar ANEXO VII):

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Compromissos acordados:

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Declaro que as informações descritas são verdadeiras e assumo o compromisso acima registrado, reconhecendo minhas obrigações legais junto ao menor no que se refere ao direito à educação básica.

Assinatura do(s) pais ou responsáveis do(a) estudante:

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Assinatura do(s) representante(s) da escola:

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**18**

PROGRAMA DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR



## ANEXO 4 – FORMULÁRIO DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA DE ESTUDANTE AUSENTE

### ANEXO III - FORMULÁRIO DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA DE ESTUDANTE AUSENTE

Para ser preenchido pelo Representante da Escola e/ou Rede de Proteção da Criança e do Adolescente na presença dos pais ou responsáveis.

#### 1. DADOS DA ESCOLA

Instituição de Ensino: \_\_\_\_\_  
 Caracterização: Rede Estadual ( ) Rede Municipal ( ) Escola Particular ( ) Escola Especial ( )  
 Endereço: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_  
 Município: \_\_\_\_\_ Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_  
 Núcleo Regional de Educação: \_\_\_\_\_

#### 2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO (A) ESTUDANTE

Nome do(a) Estudante: \_\_\_\_\_  
 Ano/Série: \_\_\_\_\_ Turma: \_\_\_\_\_ Turno: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
 Horário da visita: \_\_\_\_\_ Endereço Residencial: \_\_\_\_\_  
 Bairro: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_  
 CEP: \_\_\_\_\_ Zona: Urbana ( ) Rural ( )  
 Ponto(s) de referência: \_\_\_\_\_  
 Nome da Mãe: \_\_\_\_\_  
 E-mail da Mãe: \_\_\_\_\_  
 Telefones da Mãe (residencial, comercial, celular e para recados): ( ) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_  
 Nome do Pai: \_\_\_\_\_  
 E-mail do Pai: \_\_\_\_\_  
 Telefones do Pai (residencial, comercial, celular e para recados): ( ) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_  
 Nome do Responsável: \_\_\_\_\_  
 E-mail do Responsável: \_\_\_\_\_  
 Telefones do Responsável: ( ) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ ( ) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ ( ) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

#### 3. AÇÕES REALIZADAS PELA ESCOLA:

Via contato telefônico fixo ou móvel, e-mail, SMS:

\_\_\_\_\_

Convocação por escrito: (enviado por vizinhos ou colegas e/ou carta registrada, via Correios)

\_\_\_\_\_

#### 4. DA REUNIÃO COM OS PAIS OU RESPONSÁVEIS (SE COMPARECEREM/FOREM VISITADOS)

Presentes:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

19

PROGRAMA DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR



Motivo da ausência do(a) estudante (Consultar Anexo VI):

---



---



---



---



---



---



---

Compromissos acordados:

---



---



---



---



---



---



---

Declaro que as informações descritas são verdadeiras e assumo o compromisso acima registrado, reconhecendo minhas obrigações legais junto à criança ou adolescente, no que se refere ao direito à educação básica.

Assinatura do(s) pais ou responsável(es):

---

Encarregados da visita /reunião domiciliar:

FUNÇÃO/INSTITUIÇÃO	NOME	ASSINATURA

Não foi possível realizar a visita/reunião domiciliar. Pelo motivo:

---



---



---



---



---



---



---



---



---



---

20

PROGRAMA DE COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR



Secretaria do Ensino  
do Estado do Paraná